



Ata dos trabalhos da Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezessete de janeiro de dois mil e doze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a sua Mesa Diretora pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Renato Faria Silva – Vice-Presidente e Luciano Vitor Gomes – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente solicitou ao Senhor Secretário que determine a leitura da Ata da Reunião Ordinária do dia cinco de fevereiro de dois mil e doze. Em votação, foi aprovada. O Plenário autorizou o adiamento da leitura da Ata do dia vinte e três de dezembro de dois mil e onze. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições de autoria do Poder Executivo que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.206/2011, que “Institui o Programa Municipal de Patrimônio Imaterial e dá outras providências”; 2) Projeto de Lei nº 1.207/2011, que “Altera a carga horária dos servidores públicos municipais em exercício no cargo público efetivo de monitor de entretenimento, além de dar outras providências”; 3) Projeto de Lei nº 1.208/2011, que “Assegura a percepção de compensação salarial aos servidores públicos municipais detentores dos cargos públicos efetivos indicados e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que este projeto chegou à Casa no dia vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, às quatorze horas, cinquenta e seis minutos, sem pedido de urgência. Comunicou que conforme o Regimento Interno, a Câmara tem dois dias para colocar projetos em pauta quando chegam sem pedido de urgência. Lembrou que tiveram uma reunião na



manhã do dia vinte e três de dezembro e a próxima ocorreu no dia cinco de janeiro de dois mil e doze. Afirmou que a Casa está buscando resolver juridicamente as dificuldades decorrentes do encaminhamento tardio do Executivo que, inclusive, ainda não enviou o impacto orçamentário solicitado pela Procuradora. Registrou que o projeto entra na Casa hoje, pode ser votado na próxima semana num esforço de reparação para os Técnicos e o Auxiliares de Serviços Gerais. Disse que o Executivo manda os projetos no dia de serem apreciados pela Casa e não pode ser desta forma, pois há um Regimento para ser cumprido e devem respeitar a Câmara. Destacou que o projeto não estava escondido na Casa, estava encaminhado tardiamente e, se tivessem enviado com antecedência, já teriam votado. Ressaltou que aguardam o impacto orçamentário para votarem o projeto de maneira legal. O vereador Marcelino Antônio Edwirges disse aos servidores presentes que a Casa está se esforçando para o projeto tramitar. Solicitou que peçam ao Secretário de Administração para mandar com urgência o impacto financeiro. O vereador Luciano Vitor Gomes afirmou que necessitam do impacto financeiro para as comissões se manifestarem. Relatou que em sua última entrevista explicou que o tempo de tramitação de um projeto na Câmara é de quatro a cinco semanas, pois existe um processo, a proposição vai para as Comissões de Legislação e Justiça, de Serviços Públicos e de Orçamento. Esclareceu que muitos não acompanham o trabalho parlamentar e acham que o projeto chega, é lido e votado. Registrou que o projeto teve entrada protocolada na Casa dia vinte e dois de dezembro de dois mil e onze, entende que o ano parlamentar não terminou, uma vez que não votaram o Orçamento, assim, solicita a dispensa de interstícios e confecção de parecer conjunto para votarem na próxima reunião, desde que o Executivo encaminhe o impacto orçamentário. O Plenário



concordou. O Senhor Presidente registrou que para votarem é preciso que o Executivo encaminhe o impacto orçamentário. O vereador Sandro Lima ratificou as palavras do Senhor Presidente e deixou claro aos servidores que a Câmara está disposta a apoiar e ajudar como sempre fez, entretanto se o Executivo não encaminhar o impacto orçamentário, não terão condições de votar. Também solicitou aos servidores que procurem o Secretário de Administração e o Secretário de Fazenda para que encaminhem o impacto à Casa, esta semana ainda, a fim de estudarem e darem a legalidade devida ao projeto; 4) Projeto de Lei nº 1.209/2011, que “Cria os cargos públicos efetivos indicados, promove suas inserções no quadro de pessoa da Prefeitura Municipal de Nova Lima junto à Secretaria Municipal de Saúde, SEMSA, e dá outras providências”. O Senhor Presidente informou que este projeto veio com o anterior, foi protocolado às quatorze horas, cinquenta e cinco minutos e também sem o impacto financeiro. Registrou que de acordo com o artigo 72 do Regimento Interno, qualquer encaminhamento de proposição para a Casa deve ter no mínimo dois dias de antecedência, prazo que o Executivo não tem cumprido. O Senhor Secretário relatou que o último parágrafo da mensagem solicita seja votado em regime de urgência, com dispensa de interstícios e pareceres e convoca reuniões extras. Propôs que o projeto tramite normalmente como os demais que criam cargos. O Senhor Presidente encaminhou o projeto à Comissão de Legislação e Justiça e informou que tramitará normalmente. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: Projeto de Lei nº 1.189/2011, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.130 de 02/12/2009, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sigla COMDIM, e dá outras providências”. Em primeira votação, aprovado por 09 votos. O Plenário,



conforme solicitação do vereador Luciano Vitor Gomes, dispensou o interstício para a segunda votação. Em última votação, aprovado por 09 votos e encaminhado à sanção.

Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos:

1) Autoria do vereador José Guedes: “Requer que esta Casa faça por encaminhar à Mesa Diretora deste Legislativo o seguinte pedido de providência: que seja feita uma homenagem durante reunião ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima destinada à Sra. Irene Carneiro Leão pela passagem de seus 100 anos de vida dedicados à família e conseqüentemente à construção de uma cidade mais digna, feliz e familiar”. Aprovado, 09 votos; 2) Autoria dos vereadores Renato Faria Silva e Marcelino Antônio Edwirges: “Requerem que esta respeitosa Casa crie uma Comissão Especial de Acompanhamento a solução das Vítimas de Movimentação de Terra do Bairro Chácara Bom Retiro”. Em discussão, o vereador Marcelino Antônio Edwirges parabenizou os moradores da Chácara Bom Retiro presentes. Relatou que em dois mil e cinco, foi formada uma comissão da qual era membro, foram ao prefeito que garantiu tomar uma atitude para resolver a situação naquele ano. Disse que ocorreram dezenas de conversas com secretários, prefeito, entretanto nada fizeram até a presente data e o problema vem piorando. Contou que os moradores são mineiros aposentados e trabalhadores que investiram ali todo o recurso de uma vida e, hoje, enfrentam o descaso do poder público. Informou que alguns secretários alegam que a área é invadida, mas se deixaram invadir e formar um bairro, o poder público é responsável e não pode simplesmente falar para os moradores abandonarem suas casas, pois será pago um aluguel social. Indagou como será após cinco meses. Comunicou que conversando com os moradores, disse que devem permanecer unidos, é o último ano do prefeito Carlinhos Rodrigues e



devem pressioná-lo porque não será candidato e não sabem a intenção dele, mas o problema tem que ser resolvido neste mandato, com a ajuda da Casa. Salientou que no município não há política habitacional que atenda o nova-limense de faixa média e baixa, atende apenas os grandes condomínios e pessoas de fora que vêm usufruir a beleza da cidade. Ressaltou que para o povo de Nova Lima foi feito muito pouco, não só pelo governo atual, como também pelos anteriores. Registrou que está na hora de o prefeito resolver imediatamente o problema destas famílias e somente com a união da comunidade alcançarão este objetivo. Destacou que a Casa pode ajudar muito, por meio da comissão especial que acompanhará e prestará informações corretas aos moradores. Recordou que esta matéria já foi discutida várias vezes na Câmara, porém o Poder Executivo não tomou nenhuma providência. Explicou que, infelizmente, o Legislativo não tem a prerrogativa de executar, mas tem o poder de forçar a execução com ajuda da mobilização popular que é muito importante. Parabenizou a comunidade pela participação, disse que nem na ocasião da primeira comissão, conseguiram reunir tantas pessoas e, se for preciso, o Legislativo irá com todos os moradores até o prefeito solicitar providências urgentes. Informou que apesar de não haver no município uma política habitacional justa para os munícipes, no orçamento que está sendo apreciado pela Casa, por incrível que pareça, diminuíram a verba destinada à habitação. O vereador Renato Faria Silva salientou que o acesso à terra e à moradia no município, por vários motivos históricos, é uma tremenda dificuldade para as pessoas mais humildes. Destacou que a prefeitura, por meio dos secretários, sabe desta movimentação de terra desde mil novecentos e noventa e sete, movimentação que está aumentando por falta de intervenção e surpreende as pessoas que veem sua história e família ameaçadas



de destruição da noite para o dia. Disse que se a prefeitura, na figura dos secretários, tivesse responsabilidade a situação não chegaria neste ponto. Lembrou que há tecnologia para tudo, a solução é possível, basta apresentar o estudo geológico, ser transparente, esclarecer a comunidade e não dizer que não possuem documento, ocuparam espaço inadequado e devem sair. Falou que ninguém é cachorro que se toca para onde quer, são cidadãos nova-limenses e muitos já passaram na porta deles pedindo voto sem dizer que suas casas eram invadidas. Relatou que viu um ex-prefeito fazendo reunião naquela ocupação próxima à Faenol, o mesmo sujeito que em mil novecentos e noventa e nove retirou pessoas do Alto do Gaia, agora virou defensor dos sem casa e de ocupação de terra. Afirmou que está cansado de conversa, devem exercer na Câmara o papel de vereador e proteger os cidadãos nova-limenses que votaram neles. Ressaltou que quando foram na Chácara Bom Retiro pedir voto não falaram que os moradores eram invasores, mas disseram que o acesso à terra deve ser democratizado, fizeram um discurso socialista e no primeiro problema querem retirá-los de forma irresponsável. Registrou que podem contar com a Casa e a comissão que será formada para junto com a comunidade solicitarem do Executivo o projeto, a sondagem feita pela Eneplam e o laudo assinado pelo engenheiro. Expôs que a Câmara defenderá os interesses dos nova-limenses indiferente da forma que ocuparam o terreno porque sempre defendeu o acesso à propriedade que é um direito de todos e questão primordial de cidadania. O vereador Marcelino lembrou que as cobranças de taxas chegam regularmente, e do outro lado há um grande empreendimento imobiliário, assim devem tomar cuidado. O vereador José Guedes recordou que há vários anos os vereadores pedem apoio à prefeitura para resolução deste caso. Parabenizou os autores do requerimento, contou que já foi



procurado por moradores, fez ofício à prefeitura e nunca teve resposta. Afirmou que várias vezes ouviu falar que o social da prefeitura é bom, mas acredita que há falhas grotescas, pois nos sete anos de mandato o prefeito não construiu casas populares. Ressaltou que Nova Lima possui um déficit habitacional de quatro mil casas, são quatro mil famílias sofrendo, uma covardia com o povo. Parabenizou a Câmara pelas últimas ações. O vereador Ronaldo Gonçalves Marques cumprimentou os moradores da Chácara Bom Retiro que procuram na Câmara apoio para seu pleito. Parabenizou os vereadores Tatico e Marcelino pelo requerimento de grande importância. Afirmou que a Casa é atuante, defende o interesse do povo e buscará uma intervenção concreta do Poder Executivo na solução do problema. Antecipou seu voto favorável e se colocou à disposição para ajudar. Lembrou que foi prefeito durante quatro anos, dois numa situação financeira boa e dois numa grande crise. Salientou que anda de cabeça erguida, com sua consciência tranquila porque em seu governo, de noventa e três a noventa e seis, realizou várias ações na área de habitação. Ressaltou que, no seu entendimento, o único programa habitacional popular de Nova Lima foi o Alto do Gaia, no qual a comunidade se inscreveu, as casas foram entregues mediante uma prestação, mas todos tiveram o direito de se inscrever. Relatou que construíram duzentas e setenta e quatro casas com recursos do município. Recordou que houve outro programa habitacional importante em seu governo, adquiriram terrenos da Cohab, onde foram construídos os predinhos, pavimentaram, construíram rede elétrica, telefônica, de esgoto, drenagem pluvial e meio fio, deixaram o terreno pronto e um projeto para a construção de trezentas casas populares que somadas às duzentas e setenta e quatro do Alto do Gaia dariam quinhentas e setenta e quatro casas em quatro anos do governo Ronaldo



Marques. Contou que, infelizmente, seu sucessor mudou o programa e ao invés de construir as trezentas casas, fez um acordo com a Cohab e edificou os prédios no sistema de mutirão. Lembrou que em parceria com o Sindicato dos Mineiros, fez um programa habitacional pequeno, mas de grande importância e entregaram dezenas de casas. Registrou que nos oito anos do seu sucessor e nos sete do governo atual, nenhum programa habitacional foi feito em Nova Lima, as setenta e cinco casas recentemente construídas atendem exclusivamente o programa Bolsa Família e as outras trinta e cinco atendem o pessoal da área de risco por exigência do judiciário, portanto não foram programas habitacionais. O vereador Renato Faria Silva aplaudiu o vereador Ronaldo porque no governo dele teve programas habitacionais. Afirmou que Vítor Penido não fez nenhum programa habitacional, pelo contrário, tirou o povo do Alto do Gaia e agora dá uma de bonzinho. O vereador Cássio Magnani Júnior testemunhou que o Alto do Gaia foi o programa habitacional mais digno da cidade, concedeu um imóvel em condições dignas, com área de terreno para construir e continuar a edificação conforme a necessidade de cada família. Disse que Nova Lima sofre com o enorme problema dos monopólios das duas grandes mineradoras que dominam todo o território do município. Falou que não era para Nova Lima ter problema habitacional porque possui território maior que o de Belo Horizonte, com uma população muito menor, porém os governos ficam submissos à Morro Velho, AngloGold e Vale, por isso não existem programas habitacionais. Afirmou que entende como legítimas as atitudes dos filhos de Nova Lima que ocupam áreas sem função social, e acha que o município deve reconhecer estas atitudes como legítimas, pois a moradia é o mínimo da dignidade de vida que todo cidadão e ser humano devem ter. Registrou que os moradores da Rua G tem toda razão



de exigir do Poder Executivo uma postura rápida, de respeito e amparo às famílias. Lembrou que não é a primeira vez que isto acontece em Nova Lima, ocorreu na Rua Um do Bairro Alvorada, Mina D'água, Vista Alegre e Mingu. Declarou total apoio ao requerimento e à população, e antecipou seu voto favorável. Pediu licença para sair porque é patrono no Galo, estão fazendo a Novena de Nossa Senhora da Conceição e a missa começa às dezenove horas e trinta minutos. O vereador Marcelino afirmou que não teve intenção de esquecer o governo do vereador Ronaldo, pois reconhece o trabalho feito por ele, apenas quis dizer que os governos pouco fizeram na época das vacas gordas, no entanto para os condomínios fizeram demais, o que é um absurdo. Com relação aos moradores quererem se manifestar, sugeriu que não se desmobilizem, escolham o interlocutor, procurem o Assessor Parlamentar e a Procuradora para falarem o que desejam, de maneira organizada e respeitosa, na Tribuna Popular. O vereador Luciano Vitor Gomes apoiou integralmente o requerimento, se colocou à disposição da Mesa Diretora, da comissão que será formada e dos moradores. Manifestou seu voto favorável ao requerimento. O vereador José Raimundo Martins declarou que são solidários principalmente à classe mais sofrida. Ressaltou que se esqueceram de falar que a prefeitura arrecada um milhão por dia ou trinta milhões por mês. Lembrou que o governo está remetendo uma verba às prefeituras, basta ter vontade política porque o dinheiro não precisa sair do município. Salientou que o PT é um partido que apoia a classe mais pobre, pelo menos é o que dizem, tem o programa Minha Casa Minha Vida por meio do qual podem construir uma casa para cada família do Bairro Chácara Bom Retiro. O vereador Ailton Soares Amaral parabenizou os vereadores Renato e Marcelino pela iniciativa. Relatou que ontem teve uma reunião com a Renata, responsável pelo



programa Minha Casa Minha Vida, pois estão articulando a construção de aproximadamente quinhentas unidades, casas que o prefeito poderá distribuir de forma correta para aqueles que realmente necessitam. Disse que as invasões são consequências de um crescimento desordenado, se colocou à disposição da comissão e declarou seu voto favorável. O vereador Sandro Lima falou que é um prazer ter os moradores da Chácara Bom Retiro no Plenário, afirmou que podem contar com os vereadores que estão prontos para ajudá-los. Parabenizou os vereadores Marcelino e Renato pela iniciativa. Disse que há três anos, na época que era Secretário de Manutenção Urbana, esteve no bairro com dois engenheiros, fizeram um laudo e encaminharam à Secretaria de Obras Públicas e Planejamento. Esclareceu que naquela época, a Secretaria de Manutenção não fazia nenhum tipo de obra no município a não ser a manutenção urbana. Salientou que até hoje nada foi feito e exigem uma providência urgente do governo. O vereador Marcelino Antônio Edwirges solicitou à imprensa presente que os auxilie divulgando com ênfase a situação dos moradores da Chácara Bom Retiro. Registrou que quando o caboclo está muito quieto tem um medo tremendo da imprensa. O Senhor Presidente parabenizou os vereadores Renato e Marcelino. Disse que o atual governo e o anterior nunca tiveram um plano habitacional, a maior covardia feita ao povo de Nova Lima. Afirmou que no município não existem lotes para comprar nem políticas habitacionais porque as mineradoras detém a posse da terra e fazem loteamentos somente para os ricos. Informou que a Casa colocará no Plano Diretor loteamentos populares com preços que o trabalhador possa pagar. Falou aos moradores da Chácara Bom Retiro que a Câmara irá apoiá-los e ajudá-los. Requerimento aprovado por 08 votos. O Senhor Presidente nomeou a Comissão Especial designando os



vereadores Marcelino Antônio Edwirges, Renato Faria Silva e José Raimundo Martins;

3) Aatoria do vereador Renato Faria Silva: “Requer que esta respeitosa Casa realize um Debate Público sobre o Projeto de Lei nº 1.204/2011, que “Cria o Conselho Municipal de Educação de Nova Lima e dá outras providências”. Em discussão, o autor informou que se encontra na Câmara este projeto do qual excluíram os alunos que são os destinatários da educação. Lembrou que existem organizações estudantis em Nova Lima, como a UMES, que devem participar do conselho, assim, propõe uma discussão ampla para dividir esta agonia com a sociedade, visto que não devem fazer um Conselho de Educação e excluir o estudante. Aprovado, 08 votos; 4) Aatoria do vereador Nélio Aurélio de Souza: “Requer ao Senhor Prefeito se digne em determinar *incontinenti* que a Defesa Civil do Município proceda à vistoria do imóvel residencial situado na Rua Rio das Velhas, nº 129, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Nova Lima”. Aprovado, 08 votos. O vereador José Guedes propôs requerimento verbal para indagar ao prefeito com quais percentuais a prefeitura participará dos convênios: esgoto do Jardim Canadá; barragem; construção do poliesportivo no Jardim Canadá e Posto Médico do Cascalho. Aprovado, 08 votos. O Senhor Presidente propôs requerimento verbal para solicitar ao Executivo que responda todos os requerimentos aprovados pela Câmara conforme artigo trinta e um da Lei Orgânica, incisos onze e vinte e dois, parágrafo segundo. Ressaltou que de acordo com a lei, o Executivo tem a obrigação de responder todos os requerimentos encaminhados a ele pela Casa. O vereador Marcelino Antônio Edwirges afirmou que nos últimos meses está feliz como nunca com a Casa, pois finalmente a Câmara acordou e começa a exercer o seu poder. Disse que a proposta do Senhor Presidente deve ser um ato da Mesa Diretora informando ao Executivo as



penalidades as quais está sujeito por descumprir a lei e não um requerimento. Ressaltou que a lei deve ser cumprida pelo Executivo, senão devem ingressar no Ministério Público, pois é um desrespeito com a Casa, o que diz sistematicamente. O Senhor Presidente convidou a Mesa para assinar o requerimento. Aprovado, 08 votos. O vereador Renato Faria Silva solicitou a algumas pessoas da comunidade da Chácara Bom Retiro que fossem na antessala conversar com os vereadores membros da comissão criada a fim de verificarem quais atitudes tomarão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. _____